



**F U N D A Ç Ã O  
GETULIO VARGAS**

Conexão Local: Movimentos de luta pela terra na região do  
triângulo mineiro - Uberlândia - MG

Autores: Beatriz Negri e Felipe Ferro

Orientadores: Renata Cherém e Marcus Vinícius Gomes

## Resumo

Conexão Local 2015 Experiência: Movimentos de luta pela terra na região do triângulo mineiro – Uberlândia Minas Gerais. Participantes: Beatriz Negri e Felipe Ferro (Graduandos em Administração Pública); Orientadores: Renata Cherém (Doutoranda em Administração de Empresas). Duração: do dia 05 de julho ao 25 de julho de 2015.

Resumo: [INTRODUÇÃO] O surgimento de movimentos de luta pela terra é resultado da histórica concentração da propriedade rural durante o desenvolvimento do território brasileiro. Um modelo pautado no privilégio ao latifundiário em detrimento das pequenas propriedades mobilizou cidadãos a fim de contestá-lo e lutar pela sua subsistência. Hoje, emanam reivindicações quanto ao tema ao longo das cinco macrorregiões do país. O presente trabalho analisa e discute os movimentos sociais organizados em torno da luta pela terra na região do triângulo mineiro, apontando os desafios encontrados nas etapas de produção e comercialização de suas mercadorias. [METODOLOGIA] O trabalho em questão foi elaborado a partir do estudo in loco baseando-se nas análises qualitativa e quantitativa de entrevistas realizadas em campo e de trabalhos acadêmicos sobre o tema. Foram acompanhados dois núcleos que abordam a questão da distribuição da terra por visões distintas. O grupo Guarás, vertente do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares e Solidários (CIEPS), dirigido pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), faz um acompanhamento em assentamentos, acampamentos e pequenas propriedades rurais com o intuito de capacitá-los à produção de alimentos orgânicos. Por sua vez, os líderes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) dialogam com diferentes organizações – formais ou não – para elaborarem táticas de ocupação e encaminhamentos gerais dos movimentos da região. [DESENVOLVIMENTO] A experiência em questão possibilitou o estudo in loco da atividade dos movimentos de luta pela terra que pressionam o poder público para atender suas reivindicações. Ademais, proporcionou-se o contato com técnicas que, posta a ausência de políticas públicas voltadas a tais movimentos, surgem “por fora da lei” como alternativa para sanar suas demandas. Diante desse cenário, o presente relatório expõe relatos das percepções dos autores quanto à situação delicada na qual se encontram os membros dos movimentos de luta pela terra. [CONCLUSÃO] Ao longo desse estudo pôde-se concluir que os movimentos de luta pela terra evocam o sentimento de coletividade entre seus membros pela necessidade de mobilização e ação conjunta nos momentos mais críticos de suas ações, tais como as ocupações e a luta pela regularização de seus lotes junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Depois que são assentados, contudo, o modelo burguês de reforma agrária isola cada família dentro das fronteiras de sua propriedade, impactando nas relações de solidariedade anteriormente construídas. Ademais, no que tange à comercialização de mercadorias, verificou-se um problema de gestão caracterizado pela falta de comunicação entre os produtores para organizar uma produção e comercialização coletivas capaz de competir com os latifundiários e pressionar o poder público por recursos.

## **Agradecimentos**

Antes de tudo, agradecemos todo o apoio dos nossos orientadores, Renata e Marcus; da Isolete e da Cris; do Guarás; do Rafael e de todos aqueles que nos receberam com a melhor das intenções, sem os quais não seria possível realizar este projeto.

|

## Sumário

<b>1. Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>2. Metodologia.....</b>	<b>6</b>
<b>3. Fundamentação teórica.....</b>	<b>8</b>
<b>3.1 Contexto histórico do movimento de luta pela terra no Brasil.....</b>	<b>8</b>
<b>3.2 Contexto histórico do movimento de luta pela terra no triângulo mineiro.....</b>	<b>10</b>
<b>3.3 Caracterização dos movimentos de luta pela terra.....</b>	<b>12</b>
<b>4. Relatórios de campo.....</b>	<b>15</b>
<b>4.1 Reunião CIEPS.....</b>	<b>15</b>
<b>4.2 Acampamento Cabaça.....</b>	<b>16</b>
<b>4.3 Propriedade Antônio e Marina.....</b>	<b>17</b>
<b>4.4 Assentamento Tangará.....</b>	<b>19</b>
<b>4.5 Acampamentos Bruno Maranhão e Rosa Prateado e assentamento Dom Mauro.....</b>	<b>20</b>
<b>5. Considerações finais.....</b>	<b>23</b>
<b>6. Referências .....</b>	<b>24</b>

## 1. Introdução

O trabalho em questão é fruto de uma vivência e análise in loco durante um período de vinte dias na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. O presente estudo etnográfico teve como principal objetivo estudar os movimentos de luta pela terra na região de Uberlândia, entendendo seu funcionamento geral, seus desafios e suas ideologias. A fim de conquistar essa meta, foram visitados inúmeros acampamentos, assentamentos e propriedades de agricultura familiar nos quais moradores e ativistas dos movimentos estudados nos relatavam suas experiências e suas opiniões próprias. Com essa relação de informações somado a estudos teóricos referentes ao tema se desenvolveu o presente trabalho.

Posto como se desenvolveu o trabalho e seus principais objetivos, é relevante entendemos algumas questões teóricas primordiais. O surgimento de movimentos de luta pela terra é resultado da histórica concentração da propriedade rural durante o desenvolvimento do território brasileiro. Um modelo pautado no privilégio ao latifundiário em detrimento das pequenas propriedades mobilizou cidadãos a fim de contestá-lo e lutar pela sua subsistência. Hoje, emanam reivindicações quanto ao tema ao longo das cinco macrorregiões do país. O presente trabalho analisa e discute os movimentos sociais organizados em torno da luta pela terra na região do triângulo mineiro, apontando os desafios encontrados nas etapas de produção e comercialização de suas mercadorias.

Posta essa pequena introdução geral dos problemas no campo entende-se a importância de compreender melhor o tema. A conjuntura atual sendo extremamente conservadora, prejudica muito a grande maioria da população brasileira que encontra-se sem reserva de terra. Em contraposição, grande parte das terras brasileiras estão concentradas nas mãos de poucos que a usam não para o fim produtiva mas sim para um fim patrimonial. O presente estudo, ajuda a esclarecer esse contexto e assim ajuda a informar sobre a conjuntura injusta recorrente por todo o Brasil. Além disso o trabalho também se faz útil para disseminar a motivação e as ideologias dos movimentos de luta pela terra para que a imagem distorcida de estes possuem, principalmente nas grandes capitais, seja dissolvida e corresponda mais fielmente as verdadeiras particularidades de cada movimento. Por fim, também é relevante o desenvolvimento desse tema para que os

próprios ativistas se sintam mais representados e com mais força no discurso, posto que foi experienciado, durante o estudo, o quanto se faz importante a presença de pessoas de fora dessa realidade interessadas na evolução das pautas dos movimentos.

Os capítulos seguintes do trabalho em questão, irão conter: Reflexões teóricas sobre o tema abrangendo um breve histórico do contexto da luta pela terra no Brasil e especificamente no Triângulo Mineiro, seguida de uma análise da teoria dos movimentos sociais e uma exposição das características dos principais movimentos da região; Metodologia que irá explicar mais detalhadamente como ocorreu o desenvolvimento do trabalho, abrangendo os estudos teóricos e os trabalhos de campo, explicitando o porquê das escolhas de cada entrevistado; Análise que será composta de relatos em forma diário de campo nos quais se narra as experiências vividas em campo, seguidas de uma análise destas. Essa seção do trabalho será dividida em sub capítulos os quais serão divididos em momentos fundamentais para o entendimento final exposto na Conclusão, que por sua vez resumirá os as deduções finais do estudo.

## **2. Metodologia**

O presente trabalho foi construído a partir do estudo *in locu* sobre os movimentos de luta pela terra na região de Uberlândia. Com o intuito de termos um contato pouco enviesado – na medida do possível – com nosso objeto de análise, fomos a campo tendo lido poucos documentos referentes aos movimentos. Dessa forma, deixamos claro para todos aqueles que nos receberam que buscávamos aprender com eles para que, após realizada uma reflexão sobre as experiências, pudéssemos concluir nosso trabalho, ainda que a pergunta norteadora tenha sido feita após o nosso retorno à São Paulo. Ao longo de nossa estadia, acompanhamos dois grupos que abordam a questão da luta pela terra por óticas distintas: o Grupo Guarás e os líderes do Movimento pela Libertação dos Sem-Terra (MLST).

O primeiro é composto por estudantes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que recebem uma bolsa de pesquisa pelo Centro de Incubação de Empreendimentos Populares e Solidários (CIEPS) em contrapartida ao trabalho realizado em acampamentos,

assentamentos e pequenas propriedades de agricultura familiar. Em suma, o Guarás busca capacitar os camponeses para que estes produzam alimentos orgânicos alinhados à lógica de desenvolvimento sustentável que, no fundo, é um modelo de desenvolvimento humano. Com eles passávamos três dias da semana, saindo de manhã e retornando no final da tarde, o que nos possibilitou entrar em contato com realidades distintas, posto que, como veremos a seguir, o acompanhamento dos líderes do MLST ficou restrito ao diálogo apenas com membros desse movimento. Sob a orientação do Guarás, conhecíamos um pouco da história dos visitados para que fosse possível elaborar melhores perguntas. Vale lembrar, contudo, que grande parte do material coletado não foi obtido por meio das entrevistas, sendo que a convivência com os camponeses – desde as atividades na lavoura até os trabalhos domésticos – foi nossa maior fonte de dados.

Já a vivência com o MLST se deu por meio de um dos seus líderes – indicado pela própria UFU -, que sem um cronograma definido nos apresentou a vários colegas da sua causa nos diferentes estágios de organização, tanto acampamentos quanto assentamentos. Com eles, repetíamos o procedimento realizado com o Guarás: breve apresentação, entrevista e convivência diária.

Todo o material recolhido era então analisado e discutido por nós – com a orientação de Renata enquanto ela esteve presente conosco -, em um exercício de reflexão sobre as experiências, na tentativa de construir uma pergunta norteadora para o relatório. A seguir, redigíamos uma espécie de diário de campo, com os apontamentos e percepções consideradas relevantes.

De volta à São Paulo, nos dedicamos ao processo de escrita do relatório em torno dos diários de campo com a pergunta central definida: Quais os desafios enfrentados pelos movimentos de luta pela terra nas etapas de produção e comercialização de suas mercadorias. Para tal, contamos com a ajuda da Renata, nossa orientadora, e do professor Marcus Vinícius, o qual ministrou a disciplina eletiva *Análise de dados e redação*. Portanto, ressaltamos a importância de nosso parceiros para que pudéssemos entregar o presente trabalho. Mais uma vez, obrigado.

### **3. Fundamentação Teórica**

Nesta seção serão apresentados os principais conceitos que fornecem o suporte para o desenvolvimento deste estudo. Este embasamento teórico disserta inicialmente sobre o contexto histórico do movimento de luta pela terra no Brasil. Depois, tratar-se-á sobre o contexto histórico do movimento de luta pela terra no triângulo mineiro. Por fim, serão abordadas as principais características do Movimento dos Sem Terras (MST) e do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

#### **3.1 Contexto histórico do movimento de luta pela terra no Brasil**

Compreender o desenvolvimento histórico e social dos movimentos de luta pela terra no Brasil será o ponto de partida para imergir no contexto dessa batalha e, dessa forma, assimilar e apreender as experiências vividas no Projeto Conexão Local. A descrição histórica possibilita um entendimento da realidade atual e explica o porquê desse cenário de uma concentrada estrutura fundiária existente no Brasil e da necessidade do surgimento dos movimentos de luta pela terra.

A luta pela terra de grupos camponeses, de quilombolas e de índios é de longa data. Durante o período colonial a posse da terra era muito restrita, reservada somente aos ditos “Homens de Bem da Corte”. Os homens livres (escravos recém libertados) não poderiam ter acesso à terra. A Lei de Terras, instituída em 1850, tinha como uma de suas características a proibição da ocupação de áreas públicas e só garantia a compra da terra por meio de pagamentos em dinheiro. Esse contexto proporcionou um reforço do poder dos latifundiários e, conseqüentemente, dificultou a posse de terras pela comunidade afrodescendentes e pela população livre mais humilde em geral (MANÇANO, 2013).

Em 1945, as Ligas Camponesas surgiram como a primeira organização nacional da luta camponesa pela terra e pela reforma agrária, porém, com o golpe militar de 1964, essas ligas foram desarticuladas e os movimentos de luta pela terra camponeses, indígenas e quilombolas foram violentamente reprimidos pelas elites. Nesse contexto, a população envolvida na luta pela terra sofreu ameaças e perseguições e, dessa forma, atentou-se para a



necessidade de se criar o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) a fim de amparar todos os afetados envolvidos nessa conjuntura e carecendo de uma articulação, os grupos de luta pela terra de estados como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul organizaram-se e fundaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se caracteriza atualmente como um dos maiores movimentos de luta pela terra.<sup>1</sup>

Vale destacar que durante a década de 1970, a agricultura brasileira sofreu um processo intenso de modernização influenciado diretamente pelo regime militar vigente atrelado ao apoio das elites dominantes. Houve uma explícita “modernização conservadora” que desenvolveu um contexto de “aumento da produção e da produtividade das lavouras e dos produtos animais, o fornecimento de divisas do país, a liberação de um grande contingente de trabalhadores para os centros urbanos, bem como alimentos a preço baixo, garantindo a redução do nível salarial das cidades” (BERGAMASCO, et. 1999, p. 2). Do processo de modernização supracitado, resultaram consequências expressivas que são refletidas até os dias de hoje. A “modernização conservadora” introduziu como modelo prioritário as relações capitalistas no meio rural, contribuindo diretamente para a migração do trabalhador rural para a cidade. Como resultado, constatou-se o aumento da miséria desses indivíduos e a intensificação da concentração fundiária no país. Percebe-se que esse modelo de modernização do campo garantiu uma redução da participação do pequeno produtor no processo de comercialização dos produtos agrários, o que desencadeou o cenário de expulsão dos trabalhadores do campo pela falta de condições sociais de trabalho e de dignidade humana para residência. Dessa forma, os trabalhadores rurais, em função da falta de oportunidade no campo, tiveram que se sujeitar aos subempregos nas cidades, o que resultou, entre outras consequências, no aumento da miséria e da criminalidade nas cidades.

Após o período da ditadura militar, com a posse de José Sarney em 1985, foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), subordinado ao Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (INCRA). A partir dele foi elaborado o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (1º PNRA).

---

<sup>1</sup><http://www.cartanaescola.com.br/single/show/356>

Formatado: Cor da fonte:  
Vermelho

Formatado: Cor da fonte:  
Vermelho

Formatado: Cor da fonte:  
Vermelho

Em relação a outros Planos e Programas anteriores que se dignavam a resolver o problema de reforma agrária, este teve como particularidade um instrumento específico garantido pela nova constituição. Essa particularidade se define basicamente pela garantia da necessidade da função social da terra. Dessa forma, é importante salientar que, em grande parte, a apropriação privada da terra no Brasil não primava pela finalidade produtiva e sim, destinava-se a ser reserva patrimonial. Ou seja, as terras concentradas nas mãos dos grandes latifundiários tinham alta probabilidade de estarem improdutivas e eram mantidas pelo status e pela valorização patrimonial. Posto isso, o instrumento garantido pela a nova Constituição de 1988, no artigo 186, passou a ressaltar a necessidade da função social da terra e de um aproveitamento adequado da mesma. Pode-se inferir assim que, a partir da Constituição de 1988, o direito à propriedade passou a não ser mais absoluto, principalmente nos casos de ociosidade da terra. No caso de terras improdutivas e da confirmação dessa característica pelo INCRA, o governo passou a ter a possibilidade legal de desapropriar a área.<sup>2</sup>

Todavia, mesmo com o artigo 186 da Constituição de 1988, não houve uma melhora significativa quanto à distribuição de terras. A necessidade da função social da terra compreendeu somente no assentamento de 10% das famílias sem-terra. Esse cenário se deu por conta de inúmeras controvérsias nos termos da Constituição de 1988 no que tange a questão agrária. A polêmica surge de uma questão ideológica e prioritariamente de uma briga de interesses. Assim, grupos como a União Democrática Ruralista (UDR) se articularam com as forças conservadoras e conseguiram driblar a questão da ociosidade, ou seja, driblaram a necessidade da função social da terra, mantendo suas propriedades como pura reserva patrimonial improdutiva.<sup>3</sup>

Apresentado o contexto histórico geral do Brasil sobre a questão agrária e dos movimentos de luta pela terra no país, se faz necessária uma apresentação também das especificidades do tema na região do Triângulo Mineiro. Esta será descrita no tópico a seguir.

---

<sup>2</sup><http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0605.htm>

<sup>3</sup><http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0605.htm>

**Formatado:** Cor da fonte:  
Vermelho

**Formatado:** Cor da fonte:  
Vermelho

**Formatado:** Cor da fonte:  
Vermelho

**Formatado:** Cor da fonte:  
Vermelho

## 3.2 Contexto histórico do movimento de luta pela terra no triângulo mineiro

Em primeiro lugar, é relevante apontar que o estado de Minas Gerais teve a mineração como sua principal atividade durante vários anos, e esse processo possibilitou uma ocupação estratégica no território do Estado. Após a decadência iminente de sua atividade mineradora, Minas Gerais adotou a agricultura exportadora como alternativa para sua sobrevivência na economia nacional. Ao investir na agropecuária, o estado de Minas Gerais e, mais especificamente, a região do Triangulo Mineiro, conseguiu gerar um acúmulo de capital expressivo durante os anos de 1950 e 1960. Esse excedente foi investido na própria atividade agrária, o que impulsionou ainda mais o crescimento do Estado.<sup>4</sup>

Durante o período militar (1964-1985), era clara uma estratégia de desenvolvimento que presava pela industrialização e pela expansão da fronteira agrícola. O Triangulo Mineiro teve um papel fundamental para o desenvolvimento desse objetivo, tendo áreas estratégicas incluídas no Plano Nacional de Desenvolvimento da época. Nesse sentido, vários programas regionais de desenvolvimento foram implementados a fim de impulsionar o crescimento do cerrado mineiro, tais como: Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO).<sup>5</sup> De acordo com Junior (1998, p.138), a modernização da região se deu em grande parte pela ação do Estado e dos programas implementados:

“Na avaliação dos programas regionais de desenvolvimento para os cerrados, o que se pode concluir é que a fórmula de expansão capitalista adotada pela agricultura brasileira e mineira nos anos iniciais foi a de incorporação de terras do cerrado através da distribuição de crédito barato destinado aos projetos com número limitado de produtores selecionados”

Percebe-se que esse processo de modernização do Triangulo Mineiro, assim como o de todo o Brasil, foi marcado por favoritismos e, conseqüentemente, pela exclusão de grande parcela da sociedade. Essa conjuntura proporcionou um cenário de antagonismos

---

<sup>4</sup><http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0605.htm>

<sup>5</sup><http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0605.htm>

Formatado: Cor da fonte:  
Vermelho

Formatado: Cor da fonte:  
Vermelho

Formatado: Cor da fonte:  
Vermelho

Formatado: Cor da fonte:  
Vermelho

socioeconômicos, os quais são observados até hoje. Dessa forma, pode-se inferir que essa inserção do modelo capitalista no campo agravou ainda mais a situação da exploração do trabalhador rural e reforçou os conflitos de classe. Por outro lado, a burguesia agrária do Triângulo Mineiro se desenvolveu e representou os interesses desenvolvimentistas locais, estatais e até de estrangeiros. O grupo defendia bases antirreformistas e presava pela conservação da propriedade privada, contrariando as propostas de reforma agrária apresentadas no Congresso.<sup>6</sup>

Atenta-se ainda que, nesse contexto conservador que se desenvolvia tanto no âmbito nacional quanto na região do Triângulo Mineiro, surgiram resistências locais bastante expressivas. Os rumos da política agrícola brasileira geraram conflitos ideológicos entre grupos como a UDR e dos movimentos de luta pela terra e esses movimentos se disseminaram pelo Triângulo Mineiro, juntamente com o número de acampamentos e assentamentos na região. Além dos movimentos propriamente ditos, outras forças também se mobilizaram na luta pela democratização do acesso a terra, entre eles os sindicatos locais, pastorais católicas, ONG's, entre outros. Entre os principais movimentos de luta pela terra da região, é possível destacar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que se caracteriza como uma entidade que representa os talhadores rurais e, no caso de Minas Gerais, se articula por meio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais FETAEMG.<sup>7</sup>

Atualmente, observa-se um cenário ainda em construção com fortes consequências e heranças do passado. A modernização conservadora, decupada anteriormente, justifica a efervescência dos movimentos de luta pela terra vistos hoje em dia. Assim, percebe-se que a luta contra o modelo latifundiário permanece ativa, principalmente pelas mãos dos movimentos supracitados. Dessa forma, Explanado o histórico da região do Triângulo Mineiro quanto a questão da luta pela terra, se faz importante apresentar um panorama geral do funcionamento e da identidade desses movimentos sociais. Estes serão

---

<sup>6</sup>A REFORMA AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA NO TRIÂNGULO MINEIRO: A CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS – O BALANÇO DE UMA DÉCADA(1996-2007)

<sup>7</sup><http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0605.htm>

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

apresentados no próximo tópico.

### 3.3 Caracterização dos movimentos de luta pela terra

Segundo Micheloto (1990, p. 1), movimentos sociais são “práticas mais ou menos organizadas, desenvolvidas por determinados grupos ou setores da sociedade, tendo em vista atingir certas metas ou objetivos coletivos”. Atenta-se que esses “objetivos coletivos”, citados por Micheloto (1990), criam uma identidade entre os participantes de movimentos sociais, além do sentimento de coletividade no cotidiano de suas lutas. Analisando especificamente os trabalhadores rurais os movimentos de luta pelas terras, esse contexto teórico idealizado é empiricamente abalado. No cenário rural, existe uma grande diversidade de situações e também de relações de trabalho, nas quais se fundem diferentes aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais. De acordo com Medeiros (1989 p. 96) essa grande diversidade de demandas e contextos compactua para a dificuldade de unificação dos movimentos:

“O esforço da cúpula do sindicalismo rural em unificar linhas de ação e de tentar transformar o sindicato em representante efetivo dos interesses do conjunto dos trabalhadores de sua base encontrava uma série de obstáculos. O primeiro deles, a que já nos referimos, era a enorme diversidade de posturas das direções.”

Dentre essa diversidade de posturas, destacam-se o Movimento dos Sem Terras (MST) e o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MSLT). O MST configura-se como o movimento mais antigo do Brasil. Este está organizado em 24 estados do país, representando o total cerca de 350 mil famílias que conquistaram sua terra por meio dessa luta.<sup>8</sup>O movimento surgiu oficialmente em 1984, baseando-se em três principais objetivos: “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país”<sup>9</sup>. O MST acredita que a solução para esses problemas, está contida em um Projeto Popular para o Brasil, ou seja, na organização e na mobilização dos trabalhadores inseridos no movimento. Dessa forma, o MST sustenta que: “a realização da Reforma Agrária, democratizando o

<sup>8</sup><http://www.cartanaescola.com.br/single/show/356>

<sup>9</sup>MST, Nossa Historia. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>>

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

acesso à terra e produzindo alimentos, é nossa contribuição mais efetiva para a realização de um Projeto Popular”<sup>10</sup>.

Em relação as ações e aos métodos de organização práticos pretendidos pelos militantes do Movimento dos Sem Terra, destaca-se uma organização realizada por uma divisão de setores, atentando-se para quatro principais: **Frente de massa**, que se estabelece os enfrentamentos, manifestações e negociações na conquista da terra; **Formação**, que organiza cursos de formação política; **Educação**, que atende as necessidades educacionais nos acampamentos e assentamentos, primando pela erradicação do analfabetismo e **Produção**, que cuida para que o processo econômico da produção não seja conflitivo com a ideologia política do movimento. O movimento também conta com várias formas de reivindicação e de luta, como as ocupações de terra, os acampamentos, marchas, manifestações nas cidades e ocupações de prédios públicos. Uma característica extremamente marcante do MST é a chamada “Mística”, que se caracteriza como uma “arma” particularmente eficaz que, pela sua complexidade e abrangência, diferencia o MST de outros movimentos de luta pela terra:

“Para o Movimento, “mística” representa um ato cultural, em que as lutas e esperanças dos Sem Terra são apresentadas. A mística também é uma forma de animar os militantes, que muitas vezes podem estar desgastados com a repressão, despejos, ou a paralisação da Reforma Agrária. Ela resgata o propósito da luta pela terra, assim como o legado dos que já se foram. Fé, esperança, dor e ânimo político podem estar presentes num único símbolo. A bandeira do Movimento, as músicas e o hino são os principais símbolos da mística do MST. (MST, Quem somos, Mística. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/>)

Visto as características básicas do MST, vale analisar outro movimento de luta pela terra de relevância no Triangulo Mineiro: Movimento de Libertação dos Sem Terra. O MLST foi fundado em 1997 em Luiziânia, Goiás, por Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, e se caracteriza como uma dissidência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os militantes do MLST tem como especificidade seu lema e seu modo de luta, defendem um projeto político e social com o mote “ocupar, resistir e ser feliz”. Defendem a real libertação dos Sem Terras como uma questão física e psicológica, fazendo

---

<sup>10</sup> MST, Quem somos, Objetivos. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos>

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

uma transformação social profunda nas comunidades e articulando o campo e a cidade:

“É na articulação e libertação das trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade que a Reforma Agrária será alcançada. Para o MLST, debater a Reforma Agrária não é apenas um papel dos movimentos ou dos trabalhadores rurais - que vivenciam de perto o conflito agrário - e sim de toda uma sociedade. Essa relação do campo e da cidade é sentida de perto em vários momentos, em especial nas Feiras da Reforma Agrária. Um ciclo de luta iniciado desde a lavoura, passando por protestos e mobilizações, até chegar na mesa da família que esta na cidade.” (Sobre, Descrição longa. Disponível em: <https://www.facebook.com/MLstAlagoas>)

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Em linhas gerais, os dois movimentos decupados anteriormente, MST e o MLST, se assemelham no contexto da luta, apresentando pautas e objetivos semelhantes: de luta contra o grande latifundiário e pela distribuição de terra e a reforma agrária. Entretanto, os movimentos se diferem no âmbito que como se alcançam os objetivos expostos. Enquanto o MST tem uma perspectiva mais radical de luta de frente, priorizando a conquista da terra a cima de tudo, o MLST prioriza o bem estar do ocupante, prezando por uma qualidade de vida em contextos de acampamento e de assentamento. O MLST entende como prioridade a felicidade do ocupante a cima da conquista de terra.<sup>11</sup>

## 4. Relatórios de campo

Nessa seção são apresentados o diário de campo das visitas realizadas ao longo da experiência, acreditando que os seguintes relatos são de fundamental importância pelo fato de exporem as impressões dos autores e, portanto, indo além das análises conceituais realizadas por diferentes teóricos. Dessa forma, o diário mostra algo que só pode ser constatado a partir da visita ao campo, de modo que o seu processo de escrita aponta os aspectos da pergunta norteadora, tornando possível a sugestão de soluções. Ademais, vale ressaltar que os nomes citados a seguir são fictícios para preservar a integridade dos entrevistados.

### 4.1 Reunião CIEPS

---

<sup>11</sup> Entrevista com Cristiane Betanho, presidenta do CIEPS.

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Cor da fonte: Vermelho

Em nosso primeiro dia de atividade na cidade de Uberlândia, acompanhamos uma reunião na sede do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS), na qual compareceram líderes de diferentes movimentos regionais de luta pela terra, a fim de se discutir a viabilidade de uma feira para comercialização dos produtos oriundos dos assentamentos e acampamentos. Antes de entrarmos no mérito dos desafios apontados para que o projeto tenha êxito, é importante que entendamos o que é o CIEPS e como funciona seu sistema operacional. Em suma, o Centro existe em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e atua de modo a oferecer suporte gerencial para empreendimentos que atuem dentro dos princípios da economia solidária. A ideia do CIEPS é desenvolver as capacidades técnicas e gerenciais junto com os incubados, na tentativa de não criar uma relação vertical de imposição de metas e procedimentos, e sim de atender, de forma horizontal, as necessidades e especificidades de cada grupo.

Em um primeiro momento, a expressão de um sentimento de coletividade chamou nossa atenção. A nós, parecia que todos os movimentos tinham um bem-comum e desejavam, juntos, lutar por ele. Os participantes da reunião deixaram claro que ali se encontravam para receber auxílio na etapa de escoamento de sua produção, visto que eles já tinham domínio das técnicas de cultivo. A questão da emancipação econômica camponesa – pauta do grupo - foi exposta, tanto por eles como pelos funcionários da incubadora, como algo indissociável do coletivo, de modo que todos os assentamentos e acampamentos deveriam atuar de forma conjunta para que se tornasse possível competir com o mercado tradicional de hortaliças. Dessa forma, ficou claro que o grupo se encontrava em um estágio inicial de formação do projeto, o que, assim como experienciamos em certas atividades na Fundação Getúlio Vargas (FGV), demanda organização e estabelecimento de princípios que devem ser seguidos.

#### **4.2 Acampamento Cabaça**



Paredes improvisadas com lonas pretas, chão de terra batida e telhado com peças remendadas indicam que seres humanos residem ali há tão pouco tempo e que ainda não conseguiram se organizar – tanto por falta de verba quanto por falta de tempo – para ter uma qualidade de vida digna de qualquer cidadão. Espantamo-nos ao descobrir que tais pessoas se encontram ali há mais de sete anos. Esta é a situação do acampamento Cabaça, localizado nos arredores do município de Uberlândia. Duas reintegrações de posse tentaram expulsar os integrantes do Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA) daquele terreno, que fora cedido ao grupo pelo proprietário legal. A incerteza de se vão ou não ser despejados pela polícia no dia seguinte faz com que os habitantes do acampamento não invistam suas esperanças na construção de casas em alvenaria e, enquanto esperam pelo posicionamento do poder público, vivem no improvisado.

Em nossa primeira visita a um acampamento, encontramos pessoas extremamente receptíveis a um grupo de indivíduos que se interessaram por conhecer sua realidade. Fomos recebidos com uma sirene para avisar os que estavam trabalhando que nós, visitantes, estávamos lá. Logo surgiram várias pessoas, vindas do curral, do pasto e da lavoura. Por meio de observação direta e de conversas com integrantes do grupo, percebemos existir o sentimento de coletividade em torno do bem comum que os une: a luta pela terra. Contudo, ao longo de nossa estadia, identificamos, diferentemente do que apontado na reunião do dia anterior, um estranhamento entre as diversas agremiações de luta pela terra, o que nos fez questionar até que ponto existia o reconhecimento de coletividade entre os grupos e entre o próprio MPRA. Acreditamos haver a possibilidade de que se por ventura, o poder público assentar aquelas famílias, a coletividade desapareça em detrimento do individualismo. Vale ressaltar que tal pensamento se deu a partir dos apontamentos de um integrante do assentamento em questão, que afirmou ser pessimista quanto ao pertencimento do grupo após o governo assentá-los, uma vez que, nessa situação, cada família terá a chance de reproduzir a lógica da propriedade privada, se isolando, por meio de cercas, dos demais.

### **4.3 Propriedade Antônio e Marina**

Localizada na zona rural do município de Uberlândia, encontra-se o loteamento das Chácaras Douradinho, onde se situa a propriedade de Antônio e Marina. Tal casal de agricultores nos contou um pouco sobre sua trajetória no ramo da produção orgânica de alimentos, atentando aos desafios de suas atividades e da relação com movimentos de luta pela terra. Segundo Antônio, a chácara é composta por quatro hectares, os quais se encontram dentro das legalidades operacionais definidas pelo novo código florestal. Ao contrário da “Cabaça”, a propriedade em questão foi comprada com as economias do casal, o que não a enquadra dentre as atividades dos movimentos de luta pela terra. No entanto, como veremos a seguir, os desafios para o mantimento da propriedade se assemelham aos descritos pelos acampados e assentados.

Em 2011, o casal passou a fazer parte da Associação dos Mandaleiros de Uberlândia (AMU), projeto que em parceria com o Centro de Incubação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) tinha como objetivo a criação de uma produção coletiva de gêneros alimentícios orgânicos a partir da técnica de cultivo em mandalas, que seriam comercializados na zona metropolitana do município. O cenário atual é que dos 46 associados, apenas um continua plantando produtos verdadeiramente orgânicos, ou seja, sem a utilização de nenhum tipo de defensivos e adubos químicos. Vista essa constatação, a nós coube o papel de identificar os entraves que explicam os motivos pelos quais o projeto não obteve êxito. Da mesma forma como visto ao longo de diversos casos estudados em nosso curso de administração pública, identificamos indícios de que a AMU não teve o sucesso esperado por um problema de gestão. O projeto se apresenta como alternativa ao modelo clássico de produção em que há concentração de renda em domínio de grandes agricultores que utilizam produtos químicos para aumentar a sua produtividade e atender as demandas da população. Em tese, a produção dos associados da AMU iria de encontro a um projeto de desenvolvimento sustentável, que nada mais é que um projeto de desenvolvimento humano. Isso porque ao assumir o ser humano como um agente constitutivo e dependente da natureza, sua qualidade de vida se torna dependente daquilo que o meio ambiente pode oferecer. Dessa forma, melhores recursos naturais implicam em um melhor padrão de vida – não apenas, mas também – ao ser humano.

Vale destacar que um dos maiores problemas relatados foi em relação à comercialização dos produtos. A prefeitura de Uberlândia não se responsabilizou em auxiliar os agricultores familiares na venda de seus produtos. Dessa forma, os associados se viram diante de um problema: como concorrer com o comércio tradicional, oferecendo produtos 30 por cento mais caros (com selos de orgânicos) e sem possuir um espaço físico de vendas? Além disso, a falta de comunicação entre os produtores fez com que não existisse um controle de qual espécie cada um deveria produzir em determinada época, de modo que houve pouca diversidade de gêneros alimentícios oferecidos à população. Por fim, a falta de recursos para a obtenção de equipamentos, tecnologias e mão de obra - muito demandados no cultivo de orgânicos – foi mais um entrave vivido pelos associados. A alternativa encontrada pelo CIEPS foi a comercialização de uma cesta composta por 13 diferentes itens. No entanto, a atividade se restringiu ao ambiente da universidade, de modo que alunos, professores e demais funcionários não foram compradores suficientes para manter a produção. Em pouco tempo, as cestas deixaram de ser comercializadas.

Essa experiência nos mostra que, salvo a especificidade da insegurança da reintegração de posse vivida pelos movimentos de luta pela terra, os desafios encontrados para a viabilidade de uma produção orgânica são os mesmos entre agricultores familiares, assentados e acampados. Dessa forma, ficam evidentes algumas medidas que poderiam ser tomadas para solucionar os problemas apontados. No que tange a falta de comunicação entre os produtores, o CIEPS se apresenta como alternativa para fomentar uma produção mais inteligente em termos coletivos, a partir de um acompanhamento sistemático junto às unidades produtivas. Ao poder público, caberia tanto o auxílio à obtenção de créditos para aquisição de equipamentos necessários na produção, como também o papel de consumidor, de modo que o sistema educacional municipal poderia ser suprido pela agricultura familiar, oferecendo uma alimentação mais saudável aos usuários da rede pública.

#### **4.4 Assentamento Tangará**

Todas as visitas aos assentamentos e acampamentos realizadas ao longo dessa primeira semana de imersão se deram por meio do CIEPS. No caso, temos acompanhado a

atuação de um grupo que faz monitoramento, testes e avaliações de impacto de produtividade em propriedades que se dispõem a praticar o cultivo orgânico. Como já relatado na descrição da ida à propriedade do Antônio e da Marina, existem desafios que dificultam a comercialização desses produtos, limitando os incubados a cultivarem apenas para a subsistência. Em nosso quarto dia de pesquisa conhecemos a fazenda Tangará, que há mais de uma década foi avaliada como improdutiva pelo INCRA e passou a fazer parte do programa de reforma agrária. Atualmente, cerca de 250 famílias possuem lotes nessa propriedade.

Tivemos a oportunidade de conhecer a Alice, senhora que após ser assentada, recebeu uma área de 15 hectares. Ela nos contou que antes de solicitar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ter o uso daquela propriedade, sua família possuía um pequeno sítio. De antemão, nos indagamos o quão justo seria um proprietário de terras entrar no programa de reforma agrária, uma vez que, como se sabe, a demanda dos movimentos de luta pela terra estão longe de serem atendidas pelo governo federal. Contudo, ela afirmou que a ideia era ter mais facilidade aos créditos cedidos pelo poder público, uma vez que os indivíduos, após assentados, conseguem maior apoio e suporte de acesso para vender sua produção. No entanto, no decorrer do relato, vimos que os mesmos problemas apontados nos dias anteriores fizeram com que ela parasse suas atividades.

Por ser membra da AMU, Alice recebeu uma horta em formato de mandala, que hoje é alvo das pesquisas do CIEPS. Ela nos contou que a prefeitura, desrespeitando os acordos estabelecidos de que os produtos orgânicos deveriam ser vendidos 30% mais caros que àqueles provenientes da agricultura convencional, fez com que sua produção não desse o retorno esperado, tendo como consequência a paralisação da comercialização pela dificuldade e pelo prejuízo de vender seus produtos finais. Quando perguntada sobre sua relação com os demais assentados, ela afirmou que todo coletivismo desapareceu a partir da divisão dos lotes, o que foi visto por nós como uma resposta ao nosso questionamento dos dias anteriores, sobre até que ponto o sentimento de coletividade une os indivíduos pertencentes aos movimentos de luta pela terra.

#### **4.5 Acampamentos Bruno Maranhão e Rosa Prateado e assentamento Dom Mauro**

À convite de João, militante e líder da frente nacional do Movimento pela Libertação dos Sem-Terra (MLST), dormimos uma noite fora do hotel. A ideia era que tivéssemos a experiência de passar um dia inteiro com os movimentos de luta pela terra, desde o café da manhã até o almoço do dia seguinte, para que conseguíssemos, cada vez mais, imergir em nosso campo de estudo. Partimos, ainda cedo, em direção ao acampamento Bruno Maranhão, acompanhados de Amir e o Juliana, casal militante do MLST e que atualmente divide sua estadia entre a residência na cidade e o acampamento Rosa Prateado, onde passam os finais de semana. O relato de Juliana foi, no mínimo, impactante. Ela nos contou que durante a semana trabalha na residência de um dos maiores empresários da região, possuidor de casas em diversas cidades do país e proprietário de lanchas, iates e aviões. Em contraste, após sair do trabalho, vive a realidade daqueles que lutam pela posse de um pequeno lote de terra. “Não quero pensar o que fariam comigo se descobrissem que sou do MLST”, afirmou. Antes de contarmos sobre nossa visita ao seu acampamento, sigamos a ordem cronológica dos fatos, iniciada pela nossa chegada ao Bruno Maranhão.

Semelhante ao que observamos no Cabaça, as habitações provisórias são construídas com materiais reutilizados: telhas remendadas para o teto, vigas de madeira não-tratadas, chão de terra e paredes de tábuas. Quem nos recebeu foi outra Juliana, a maior liderança do acampamento. Seu “barraco”, como ela própria se referiu, apesar de não ser muito luxuoso estava de portas abertas para nos abrigar e oferecer a melhor estadia possível. Isso se repetiu com os outros barracos, onde desfrutamos de um almoço e jantar coletivo. Todo o grupo, aproximadamente 20 pessoas, se organizou para preparar as refeições e, logo após o jantar, discutir a situação do acampamento. Dessa vez ficou nítida a existência de um sentimento de coletividade para com aquele grupo, demonstrado pela forma carinhosa na qual os membros se relacionavam, pela percepção de uma causa comum e pelo altruísmo, expresso em uma frase marcante de João: “Aqui todos somos pobres, mas ninguém escuta o filho do vizinho chorar de fome, porque se isso acontecer, a gente compartilha a nossa comida”

Na tarde desse primeiro dia fomos ao acampamento vizinho, Rosa Prateado. Lá, cerca de 220 famílias estavam acampadas, divididas entre “domingueiros” (quem mora

apenas aos finais de semana) e residentes fixos. A estrutura organizacional do acampamento chamou nossa atenção: grupos de 15 a 20 famílias, cada qual com um representante em cada comissão (ética, cultura, infraestrutura, alimentação, segurança, dentre outras), reunidos em uma assembleia para discutir a situação do acampamento. O evento iniciou com o hino do MLST, cantado fervorosamente por todos. Fomos surpreendidos pelo pedido de João para que nos apresentássemos no palanque da assembleia. De maneira geral, assim como temos feito em todos os grupos visitados, agradecemos pela receptividade e expomos o porquê de nossa presença e quais os objetivos do nosso trabalho. Acima de tudo, ressaltamos que gostaríamos de ser meros espectadores num exercício de análise da organização dos movimentos de luta pela terra.

Em seguida fomos convidados a conhecer algumas instalações. A cozinha era gerida exclusivamente por mulheres e tinha caráter comunitário, de modo que as cestas básicas recebidas pelo grupo eram armazenadas em um depósito e oferecidas em quatro refeições diárias para todos. Os turnos de vigia da portaria eram divididos entre os homens e, caso algum não pudesse cumpri-lo, se fazia necessário o pagamento de uma certa quantia em real que seria guardada para futuras demandas surgidas. Juliana e Amir, os mesmos que nos acompanharam ao Bruno Maranhão, fizeram a gentileza de nos guiar pelas ruas até o seu lote. Não obstante do que verificado nos outros acampamentos, seu barraco era improvisado, mas oferecia todo o conforto que estava às mãos do casal: água encanada, iluminação, criação de animais e cultivo de hortaliças. Contudo, ficou impossível não pensar em como Juliana deveria se sentir ao passar a semana em uma mansão com mais de 30 funcionários para atender a um casal de senhores, ao mesmo tempo em que vivia na luta para ter chance de adquirir um pequeno espaço de terra para seu sustento.

No dia seguinte visitamos o assentamento Dom Mauro, onde atualmente João reside. De cara, comprovamos mais uma vez a existência de diferenças significativas entre acampamentos e assentamentos. Os versos presentes no hino do MLST de que:

*“Nós já estamos conscientizados  
e nos unimos pra fortalecer  
nossa bandeira já nasceu vitoriosa*

*ninguém segura o MLST*

...

*os poderosos grandes latifundiários*

*nos ameaçam com fogo e armamento*

*mas não importa, nós já estamos preparados*

*em cada barraco queimado nasce um novo acampamento”*

timbrados pelas vozes dos acampados, pareciam se dispersar na distância entre as casas dos assentados, mostrando que a coletividade é muito mais presente nos estágios iniciais de formação dos grupos. Dessa forma, o desafio se apresenta na criação de mecanismos para que toda a cadeia produtiva dos assentados seja gerida e organizada de forma coletiva, para que o bem-comum permaneça. Isso porque a comercialização e demais etapas dos produtos plantados não estão sendo eficientes, de modo que observamos na falta de comunicação entre assentados um possível fator que dificulta a rentabilidade de seus empreendimentos.

## **5. Considerações Finais**

A experiência do Conexão Local possibilitou o entendimento dos motivos pelos quais a agricultura familiar não consegue sustentar sua produção. Como viu-se, os mercados agrícolas são imperfeitos sob a ótica microeconômica, ou seja, existe uma grande assimetria entre o poder de cada ator, de modo que o negócio não é competitivo. Dessa forma, os grandes agricultores conseguem influenciar os preços e se utilizar de técnicas para acabar com a concorrência, como por exemplo a prática do “dumping”, que consiste na venda de mercadorias a preços inferiores aos de mercado. Diante desse cenário, os pequenos agricultores, se não estiverem organizados em torno de associações ou cooperativas, ficam incapazes de viabilizar sua produção.

Dessa forma, faz-se necessário considerar que, em relação aos membros dos movimentos de luta pela terra, seu coletivismo é presente até o estágio de assentamento, de modo que enquanto organizados em torno do esforço pela posse de uma propriedade, a

proximidade resulta em ganhos concretos. Contudo, o modelo burguês de reforma agrária inviabiliza que os novos proprietários se comuniquem, uma vez a divisão das terras não permite o contato entre os agricultores. Como observado, isso ocasiona em uma falta de articulação eles para reivindicarem suas demandas ao poder público. Ainda, a falta de comunicação impossibilita que exista uma organização da produção, de modo que, muitas vezes, os agricultores familiares produzem quantidades elevadas de um mesmo bem e poucas unidades de outros, fazendo com que o preço de mercado de sua produção caia e o dos demais bens, se eleve.

Diante desse cenário, o auxílio oferecido pelo CIEPS se apresenta como alternativa para capacitar os pequenos agricultores a se formarem como competidores do mercado agrícola. Contudo, não se pode desconsiderar o papel que o poder público deve assumir para que isso se viabilize, uma vez que a garantia de compra dos bens produzidos pela agricultura familiar para abastecer as instituições públicas daria segurança e uma rentabilidade fixa que possibilitaria a autossuficiência dessa atividade que, como dito anteriormente, se apresenta como alternativa a um modelo de desenvolvimento extremamente prejudicial ao meio ambiente e à saúde da população brasileira.

## 6. Referências

MANÇANO, B. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Disponível em:  
<<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>> Acesso em 3 de julho de 2015

BETANHO, Cristina. **Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST: Pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos: UFSCAR, 2008.

ASSUMPÇÃO, Roberto de. **Cooperativas de Reforma Agrária: um enfoque distinto visando sua inserção no negócio agrícola**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo: USP, 2003.



CATAPAN, Araci H.; THOMÉ, Zeina R.C. **Trabalho e consumo**: para além dos parâmetros circulares. Florianópolis: Insular, 1999. 120p

[MICHELOTO, Antônio Ricardo. Movimentos sociais de trabalhadores do campo no Triângulo Mineiro. História e Perspectivas, Revista do curso de história – UFU/Uberlândia, v.2, n.2, p.61-83, jan./jun. 1990.](#)

**Formatado:** Fonte: 12 pt, Cor da fonte: Texto 1

[MEDEIROS, L.S. Reforma Agrária no Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.](#)

[BERGAMASCO, Sônia M. NORDER, Luis A. Cabello. O que são Assentamentos Rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87p.\]](#)

[SILVA, Danielle. SOUZA, Andreza. CARDOSO, Lucimeire. OLIVEIRA, Mariana. CLEPS JUNIOR, João. A reforma agrarian e a luta pela terra no triangulo mineiro: a criação de assentamentos rurais-o balance de uma decada \(1996-2007\)](#)

[A reforma agraria no triangulo mineiro: a luta pela terra e a construção dos assentamentos rurais. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0605.htm>>](#)

[Historia da luta pela terra no Brasil, Carta Capital. Disponível em: <<http://www.cartanaescola.com.br/single/show/356>>](#)

[MST, Nossa Historia. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>>](#)

**Formatado:** Fonte: (Padrão) Times New Roman, Cor da fonte: Texto 1

[MST, Quem somos, Objetivos. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos>>](#)

**Formatado:** Fonte: 12 pt, Cor da fonte: Texto 1

[Descrição facebook MLST Alagoas. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MLstAlagoas>>](#)

**Formatado:** Fonte: (Padrão) Times New Roman, Cor da fonte: Texto 1

**Formatado:** Fonte: 12 pt, Cor da fonte: Texto 1

**Formatado:** Fonte: (Padrão) Times New Roman, Cor da fonte: Texto 1

**Formatado:** Fonte: 12 pt, Cor da fonte: Texto 1

**Formatado:** Cor da fonte: Automática

